

Construindo uma sociobioeconomia sustentável e equitativa na Amazônia

Guia de boas práticas para o setor privado

RESUMO EXECUTIVO

Parte da iniciativa:



The Nature
Conservancy 

 **Grupo BID**

Construindo uma sociobioeconomia sustentável e equitativa na Amazônia

Guia de boas práticas para o setor privado
RESUMO EXECUTIVO

<http://www.iadb.org>

Copyright © **2026** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta obra está sujeita à Licença Pública Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>). Os termos e condições indicados no link da URL devem ser observados e o respectivo reconhecimento deve ser conferido ao BID.

Todas e quaisquer disputas que surgirem em relação a esta licença e que não possam ser resolvidas amigavelmente serão solucionadas de acordo com o seguinte procedimento. Mediante notificação de mediação, enviada por meios razoáveis por uma das partes à outra, a controvérsia será submetida à mediação não vinculativa, a ser conduzida em conformidade com o Regulamento de

Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem em conformidade com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (CNUDCI). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja o devido reconhecimento, bem como o uso do logotipo do BID, não estão autorizados por esta licença e exigem um acordo de licença adicional.

Note que o link da URL inclui termos e condições que constituem parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta obra são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o ponto de vista do BID, do seu Diretório Executivo, ou dos países que representa.



Isenção de responsabilidade

As informações contidas nesta apresentação (*"Informações"*) são meramente conceituais. Os autores deste Guia de Boas Práticas (os *"Autores"*) fornecem essas Informações a você apenas para fins de discussão e educação. As Informações não constituem qualquer oferta ou recomendação de compra, nem solicitação de oferta de compra de qualquer título específico ou de outro produto financeiro. As Informações podem conter informações e dados financeiros baseados em expectativas e projeções atuais sobre eventos futuros e tendências financeiras. Essas informações podem não ser uma indicação precisa de eventos futuros ou desempenho futuro e estão sujeitas a riscos e incertezas. Nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita quanto à precisão ou integridade das informações aqui contidas, e nada deve ser considerado como uma promessa ou declaração quanto ao desempenho futuro. Nenhum dos Autores está fornecendo qualquer conselho de investimento de acordo com este Guia de Boas Práticas, nem recomendando qualquer estratégia ou atividade de investimento.

Para obter a lista completa de autores, siglas, glossário e referências, consulte a última seção da PARTE I: Autoavaliação e princípios da sociobioeconomia.



O imperativo estratégico para a **sociobioeconomia da Amazônia**

A Amazônia¹ representa uma das oportunidades mais significativas para os atores do setor privado alinharem suas operações com o impacto ambiental e social. Lar da maior floresta tropical e bacia hidrográfica do mundo, com biodiversidade incomparável e quase 60 milhões de pessoas,² a região é cada vez mais central para a estabilidade climática, a resiliência da cadeia de abastecimento e o desempenho ambiental e social.

¹ Esta definição territorial baseia-se na RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. Ver: <https://raisg.socioambiental.org>.

² Esta estimativa populacional para 2025 foi calculada pela *AmazoniaForever360+* (2023) utilizando a *Global Human Settlement Layer (GHSL)*, especificamente o conjunto de dados GHS-POP R2023A desenvolvido pelo Joint Research Center (JRC) da Comissão Europeia. Mais informações podem ser encontradas no site da GHS: https://ghsl.jrc.ec.europa.eu/ghs_pop.php.

A urgência é crescente. A Amazônia tem sido um dos sumidouros de carbono mais importantes da Terra, mas os cientistas ressaltam que ela está se aproximando de um ponto de inflexão que pode transformá-la em uma fonte de carbono,³ com implicações catastróficas para a estabilidade climática global. O crescimento das estruturas regulatórias para o abastecimento responsável, a demanda dos consumidores por rastreabilidade e o foco dos investidores no desempenho ambiental e social estão mudando de forma fundamental o cálculo das operações na Amazônia. Os modelos extrativistas tradicionais, que desmatam florestas e deslocam comunidades, estão cada vez mais expostos a penalidades regulatórias, danos à reputação e interrupções na cadeia de abastecimento.

No meio dessas mudanças, um modelo diferente está surgindo: uma sociobioeconomia, impulsionada pelas comunidades, que cria valor mantendo a integridade dos sistemas florestais, de água doce e culturais, e respeitando a Amazônia como uma paisagem vital.

Os pioneiros na sociobioeconomia da Amazônia estão criando prosperidade enquanto protegem e regeneram os ativos naturais e culturais da região.

1

As parcerias entre empresas e comunidades garantem a rastreabilidade ao longo de toda a cadeia de valor, geram receitas e benefícios para a comunidade e protegem milhões de hectares de floresta tropical, o que prova que cadeias de abastecimento transparentes e lideradas pela comunidade proporcionam benefícios econômicos, sociais e ambientais integrados.

2

Empresas lideradas pela comunidade estão se expandindo, promovendo a liderança feminina, mantendo o desmatamento zero e combinando várias certificações para acessar mercados *premium*, fortalecendo a conservação, a preservação cultural e a renda familiar.

3

Os investidores estão aplicando capital em cadeias de valor sociobioeconômicas por meio de estruturas inovadoras, como empréstimos vinculados ao impacto, demonstrando a importância do financiamento para apoiar a proteção florestal e os benefícios comunitários.

A oportunidade é clara. O que faltava, até agora, era um roteiro para chegar lá. Este guia fornece a primeira estrutura abrangente para o setor privado se envolver de forma responsável e eficaz na sociobioeconomia da Amazônia.



3 Gatti et al. (2021). Amazonia as a carbon source linked to deforestation and climate change. Nature.

O que é sociobioeconomia?

Até o momento, não há uma definição unificada de sociobioeconomia na Amazônia. O conceito permanece fluido, moldado por abordagens, conceitos e princípios em evolução. Termos e conceitos relacionados incluem economias baseadas na natureza, economias indígenas, economias da sociobiodiversidade, economias bioculturais, empreendimentos de conservação comunitária ou simplesmente bioeconomias.

Com base no crescente diálogo regional sobre a reimaginação da bioeconomia para a Amazônia,⁴ este guia reconhece a sociobioeconomia como: **um modelo econômico impulsionado pela comunidade, baseado no uso sustentável da biodiversidade e nos sistemas de conhecimento ancestral, estruturas de governança e práticas dos Povos Indígenas (PI), Afrodescendentes (AD), Comunidades Tradicionais (CT) e comunidades locais (CL).**

Essa rica sociobiodiversidade cultural, representada por mais de 410 grupos étnicos ou nações distintas,⁵ forma a base do potencial sociobioeconômico da região.

⁴ BID. (2023). *Re-Imagining Bioeconomy for Amazonia*.

⁵ Athayde et al. (2021). *Amazon Assessment Report 2021*, Cap. 10.

O diferencial da sociobioeconomia

As abordagens convencionais extraem valor da natureza. A **sociobioeconomia cria valor mantendo e regenerando florestas saudáveis, carbono, água doce e sistemas culturais**. Essa abordagem vai além do respeito ao conhecimento tradicional e reconhece explicitamente a contribuição econômica da incorporação desse conhecimento e liderança em toda a cadeia de valor. Ela garante que o que é retirado da natureza seja devolvido por meio de ciclos de restauração, reciprocidade e renovação.

A classificação não depende de produtos específicos, mas de **como eles são produzidos e do impacto que causam na comunidade**. O cacau colhido por meio do desmatamento não é sociobioeconomia. O mesmo produto cultivado em sistemas gerenciados pela comunidade, com repartição equitativa dos benefícios, representa o modelo em sua melhor forma.

A sociobioeconomia aplica **abordagens baseadas nos direitos humanos e sensíveis ao gênero** para garantir que os benefícios sejam compartilhados de forma equitativa, que a participação seja inclusiva e que a tomada de decisões reflita a liderança das mulheres, dos jovens e dos membros da comunidade. Esses não são meros compromissos éticos — são fundamentos empresariais que fortalecem os resultados, reduzem os riscos e melhoram o desempenho a longo prazo.



A man and a woman are working together in a greenhouse. The woman is sitting and using a laptop, while the man stands next to her, looking at the screen. They are surrounded by rows of young plants in the foreground. The background shows the structure of the greenhouse with its translucent covering.

A quem este guia se destina: **oportunidades para diversos atores**

Os atores da sociobioeconomia da Amazônia têm uma oportunidade sem precedentes de criar valor compartilhado por meio de parcerias inovadoras que combinam conhecimento tradicional com acesso ao mercado, gestão ambiental com desenvolvimento econômico e autonomia comunitária com padrões internacionais.

Este guia fornece as estruturas práticas necessárias para realizar esse potencial. **Instituições financeiras**, incluindo o BID Invest, podem usá-lo para avaliar investimentos em relação aos princípios da sociobioeconomia e aos requisitos de due diligence ambiental e social. **As empresas** podem aplicá-lo para construir cadeias de fornecimento sustentáveis, equitativas e transparentes. **As comunidades** podem usá-lo para articular seus sistemas de governança e abordagens de produção de maneiras que ressoem com parceiros potenciais, mantendo a integridade cultural. **Os governos** podem consultá-lo para informar programas que protejam os direitos da comunidade, facilitando o envolvimento responsável do setor privado. **Organizações de apoio**, como prestadores de assistência técnica, agências de desenvolvimento e ONGs, podem aplicá-lo para estruturar programas de fortalecimento de capacidades e fortalecer os entornos propícios da sociobioeconomia.

Estrutura do guia: quatro documentos integrados e independentes

Este Guia de Boas Práticas foi elaborado como **quatro documentos complementares** que funcionam juntos como uma estrutura coesa onde cada documento funciona de forma independente:

1 **Resumo executivo** (*este documento*): fornece uma visão geral completa do guia incluindo o valor estratégico da sociobioeconomia e serve como ponto de entrada claro para que os tomadores de decisão responsáveis entendam sua oportunidade e determinem que partes do guia podem usar.

2 **Parte I: Autoavaliação e princípios da sociobioeconomia**: apresenta uma avaliação de elegibilidade da sociobioeconomia para uma triagem rápida em relação aos padrões mínimos, seguida por uma exploração detalhada dos Sete Princípios da Sociobioeconomia, incluindo autoavaliação e recomendações para práticas transformacionais e conceitos-chave.

3 **Parte II: Ferramentas, recursos e certificações**: operacionaliza os princípios destacando certificações relevantes, mapeando boas práticas para padrões internacionais e compartilhando uma biblioteca selecionada de ferramentas de implementação.

4 **Parte III: Estudos de caso**: apresenta aplicações do mundo real por meio de exemplos de modelos de negócios comprovados, estruturas de parceria e resultados mensuráveis.

Cada documento é independente para referência rápida — seja que os tomadores de decisão precisem apenas da autoavaliação de elegibilidade ou de um princípio específico, da tabela de comparação de certificações ou de um estudo de caso relevante. **Juntos, os documentos fornecem um roteiro completo** para compreender os princípios da sociobioeconomia, implementar boas práticas e aprender com modelos comprovados.

As seções a seguir resumem o que os usuários encontrarão em cada parte do guia. Para mais informações, dirija-se à seção respectiva dentro de cada documento.



PARTE I

Autoavaliação e princípios da sociobioeconomia

Parte da iniciativa:

AMAZÔNIA
SEMPRE

The Nature
Conservancy 



Grupo BID

Autoavaliação de elegibilidade para a sociobioeconomia

Esta seção fornece uma triagem rápida para avaliar se as iniciativas estão alinhadas com os fundamentos básicos da sociobioeconomia antes de investir recursos em uma diligência mais detalhada.

A avaliação também descreve os **Critérios de Exclusão** — práticas fundamentalmente incompatíveis com a sociobioeconomia, como trabalho infantil ou forçado, extração ilegal de madeira, desmatamento após a data de corte de 2020⁶ ou operações sem consulta e consentimento adequados da comunidade.

Sete princípios da sociobioeconomia amazônica

Os Sete Princípios perfilam a visão compartilhada da sociobioeconomia na ausência de uma definição padrão. Eles estão alinhados com as recomendações do BID Invest para distinguir a sociobioeconomia dos negócios habituais e ajudam a operacionalizar orientações reconhecidas, incluindo os Princípios de Alto Nível do G20 sobre Bioeconomia. Esse alinhamento apoia a colaboração, a comparabilidade e a credibilidade, mantendo o guia focado no impacto e prático para o contexto amazônico.

Cada um dos Sete Princípios inclui:

- 1** **Objetivo:** destaca por que esse princípio é fundamental para o impacto da sociobioeconomia.
- 2** **Práticas:** organizadas em uma matriz de autoavaliação que ajuda os usuários a determinarem o nível de impacto que estão demonstrando (**emergente ou estabelecido**) e oferece ferramentas para facilitar a implementação. As **práticas transformacionais** vão além dos impactos emergentes e estabelecidos para incentivar inovações e resultados mais robustos, incluindo a cocriação de soluções com os detentores de direitos, mantendo padrões ambientais e sociais mais elevados e fortalecendo a confiança por meio da tomada de decisões compartilhada, transparência, aprendizagem contínua e responsabilidade.

Conceitos-chave com definições e explicações claras relevantes para as práticas.



⁶ Em linha com a *EU Deforestation Regulation (EUDR)* e em consonância com a *Declaração de Nova York sobre Florestas*, 31 de dezembro de 2020 é aplicada como data de corte para o desmatamento e conversão de ecossistemas.

Princípio 1: Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

Objetivo: além da simples prevenção de danos, a integração de salvaguardas ambientais e sociais fortalece a qualidade dos resultados da sociobioeconomia, aumenta a resiliência operativa e apoia parcerias mais equitativas e produtivas. Este princípio oferece as ferramentas de detecção e os sistemas de salvaguardas necessárias para identificar, prevenir e gerenciar os riscos de forma proativa.

Práticas:

1 Avaliação ambiental e social e plano de ação: identificar os principais riscos ambientais e sociais, aplicar critérios de exclusão e implementar um sistema de gestão proporcional ao risco.

2 Salvaguardas de gênero e direitos humanos: integrar considerações de gênero e direitos humanos no desenho do projeto, não apenas para prevenir danos mas também para promover liderança e fortalecer relações equitativas.

3 Mecanismos de reclamação e reparação: garantir canais acessíveis, confidenciais e culturalmente adequados para resolver reclamações da comunidade e dos trabalhadores.

Conceitos-chave: Lista de verificação de exclusão da sociobioeconomia • Sistemas de Gestão Ambiental e Social (SGAS) • Hierarquia de mitigação
• Abordagem sensível ao gênero • Datas de corte para o desmatamento



Princípio 2: Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

Objetivo: os Povos Indígenas administram aproximadamente 45% das florestas primárias da Amazônia,⁷ enquanto os Afrodescendentes, as Comunidades Tradicionais e as comunidades locais contribuem com conhecimentos essenciais e práticas de gestão em toda a região. Parcerias autênticas com esses grupos não são apenas um imperativo para o respeito dos direitos humanos — elas proporcionam vantagens estratégicas, incluindo diferenciação de mercado, segurança de abastecimento e conformidade regulatória. Este princípio define como conduzir processos de envolvimento da comunidade — incluindo o CLPI — e a elaboração de acordos e parcerias equitativas.

Práticas:

1

Engajamento da comunidade: estabelecer um diálogo transparente, inclusivo e contínuo com as comunidades por meio do compartilhamento de informações, consultas e processos de consentimento completos.

2

Posse da terra e acesso a recursos: reconhecer e ajudar as comunidades a fortalecer os direitos coletivos e consuetudinários à terra e aos recursos.

3

Patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais: proteger o patrimônio cultural, respeitar os conhecimentos tradicionais e garantir o consentimento e a repartição justa dos benefícios antes do seu uso.

Conceitos-chave: Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) • Consulta e Participação Informadas (CPI) • Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) • Direitos de posse da terra e acesso a recursos • Patrimônio cultural • Procedimentos para achados fortuitos



7 FAO e FILAC. (2021). *Forest governance by Indigenous and Tribal Peoples: An opportunity for climate action in Latin America and the Caribbean*.

Princípio 3: Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais *(trabalhadores diretos)*

Objetivo: as condições de trabalho justas, seguras e legais são a base para meios de subsistência dignos e empresas responsáveis. As violações trabalhistas geram responsabilidade legal, risco à reputação e interrupção da cadeia de abastecimento. Quando todos os trabalhadores em relações de emprego diretas — sejam funcionários permanentes, contratados, trabalhadores sazonais ou aqueles envolvidos em atividades familiares tradicionais — são tratados de forma justa e trabalham com segurança, as iniciativas de sociobioeconomia geram confiança, estabilidade e qualidade dos produtos. Este princípio fornece uma orientação sobre como auditar as práticas atuais, desenvolver políticas de emprego em conformidade e demonstrar o alinhamento das normas trabalhistas aos compradores e investidores.

Práticas:

1 **Condições de trabalho claras, segurança e salários justos:** garantir que todos os trabalhadores diretos recebam salários justos, condições de trabalho seguras e tratamento igualitário.

2 **Prevenção do trabalho infantil e forçado e segurança dos jovens:** proibir o trabalho forçado e explorador, defender as normas internacionais de trabalho infantil e respeitar a participação segura e culturalmente adequada dos jovens.

Conceitos-chave: Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) • Normas sobre trabalho infantil • Procedimentos de verificação de idade • Trabalho forçado



Princípio 4: Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

Objetivo: a evolução das regulamentações torna a rastreabilidade obrigatória. Este princípio promove cadeias de valor responsáveis, baseadas na transparência, justiça e integridade. Ele orienta as empresas a rastrear os produtos desde a origem até o mercado, estabelecer acordos comerciais equitativos e culturalmente adequados com as comunidades e fortalecer os sistemas de governança que garantem a responsabilidade e previnem a corrupção.

Práticas:

- 1 Rastreabilidade e transparência da cadeia de abastecimento:** rastrear os produtos desde a origem até o comprador, avaliar os riscos da cadeia de abastecimento e garantir o fornecimento responsável por meio de registros e auditorias claras.
- 2 Termos comerciais e compartilhamento equitativo de benefícios:** estabelecer acordos transparentes, justos e culturalmente adequados que reconheçam os custos, as contribuições e os direitos das comunidades.
- 3 Governança empresarial e prestação de contas:** manter a integridade por meio de políticas anticorrupção, tomada de decisões transparente e canais acessíveis para relatar anomalias.

Conceitos-chave: Registros de fornecedores • Sistemas de rastreabilidade • Varredura de risco da cadeia de abastecimento • Sistemas de rastreamento de pagamentos • Mecanismos antissuborno e de denúncia • Supervisão ambiental, social e de governança



Princípio 5: Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

Objetivo: as florestas saudáveis e os ecossistemas de água doce são a base da resiliência da cadeia de abastecimento e a chave para evitar que o carbono seja liberado na atmosfera. O desmatamento e a degradação dos ecossistemas criam riscos comerciais significativos — desde penalidades regulatórias até interrupções operacionais e ativos irrecuperáveis. Este princípio oferece clareza sobre como desenvolver sistemas de gestão ambiental, realizar avaliações de biodiversidade e demonstrar alinhamento com metas climáticas baseadas na ciência.

Práticas:

- 1 Florestas saudáveis, ecossistemas de água doce e biodiversidade:** proteger e restaurar florestas, ecossistemas de água doce e biodiversidade, priorizando espécies nativas e evitando qualquer desmatamento, degradação ou conversão de ecossistemas.
- 2 Gestão e uso sustentável da água:** gerenciar os recursos hídricos de forma responsável para melhorar a eficiência, prevenir a contaminação e garantir o uso equitativo entre usuários e ecossistemas.
- 3 Gestão da poluição, dos recursos e das emissões:** reduzir a poluição e as emissões por meio do uso eficiente dos recursos, monitoramento e conformidade com as normas ambientais.
- 4 Resiliência e adaptação aos riscos climáticos:** integrar avaliações de riscos climáticos e medidas adaptativas ao planejamento e às operações.

Conceitos-chave: Habitat crítico • Desmatamento bruto • Planos de Gestão da Biodiversidade (PGB)
• Serviços ecossistêmicos • Emissões de GEE
• Resiliência climática



Princípio 6: Demonstrar impacto e prestar contas

Objetivo: os investidores, compradores e reguladores exigem evidência verificável dos impactos e um autêntico compromisso com a sustentabilidade. Os sistemas robustos de monitoramento e avaliação são ativos estratégicos que ajudam as iniciativas sociobioeconômicas a identificar oportunidades de melhoria, construir credibilidade e demonstrar valor aos parceiros. Este princípio oferece uma orientação sobre como projetar sistemas de monitoramento, realizar avaliações e relatar resultados de forma a satisfazer os requisitos dos diversos detentores de direitos e partes interessadas.

Práticas:

- 1 Monitoramento e acompanhamento do desempenho:** estabelecer indicadores e sistemas claros em parceria com as comunidades para acompanhar os resultados ambientais, sociais e financeiros.
- 2 Gestão adaptativa e aprendizagem:** usar os resultados do monitoramento e as lições aprendidas para ajustar planos, fortalecer o desempenho e compartilhar conhecimento entre equipes e comunidades.
- 3 Divulgação do desempenho:** comunicar os resultados, riscos e mudanças abertamente às partes interessadas e titulares de direitos por meio de formatos acessíveis e culturalmente adequados.

Conceitos-chave: Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) • Plano de monitoramento • Indicadores de desempenho • Gestão adaptativa • Limites/gatilhos • Registros do engajamento das partes interessadas



Princípio 7: Fortalecer capacidades e redes

Objetivo: as cadeias de abastecimento sustentáveis exigem parceiros capazes. O sucesso depende dos investimentos no ecossistema mais amplo de parceiros, comunidades e partes interessadas que contribuem para as cadeias de valor sociobioeconômicas. Este princípio demonstra como elaborar programas de treinamento, identificar oportunidades de parceria e aproveitar recursos coletivos para resolver desafios comuns.

Práticas:

1

Capacidade local e comunitária: fortalecer as habilidades locais, os sistemas de governança e a gestão territorial por meio de treinamento, orientação e suporte técnico alinhados com as prioridades da comunidade.

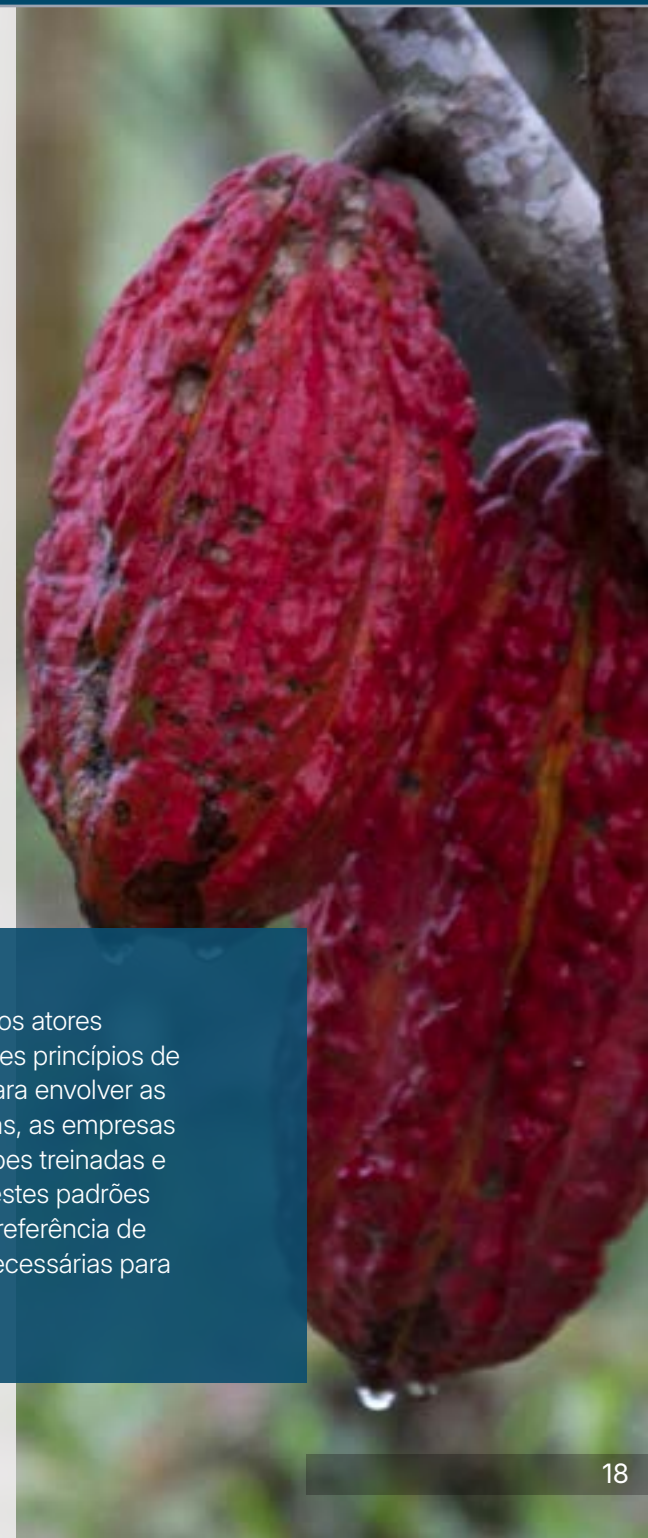
2

Redes e parcerias multissetoriais: envolver-se proativamente com redes de detentores de direitos e partes interessadas para trocar conhecimentos, coordenar a defesa de causas e desenvolver em conjunto soluções colaborativas.

Conceitos-chave: Fortalecimento de capacidades

- Instrumentos de gestão territorial e ambiental
- Redes multissetoriais
- Rastreabilidade do engajamento e da aprendizagem

As iniciativas da sociobioeconomia também requerem que os atores possuam capacidades internas fortes para implementar estes princípios de forma efetiva. Enquanto cada princípio descreve práticas para envolver as comunidades, proteger direitos e salvaguardar ecossistemas, as empresas e os financistas devem desenvolver políticas internas, equipes treinadas e procedimentos organizacionais que lhes permitam aplicar estes padrões de forma consistente. Portanto, este guia serve como uma referência de boas práticas e um roteiro para construir as capacidades necessárias para operacionalizar os compromissos da sociobioeconomia.



PARTE II

Ferramentas, recursos e certificações

Parte da iniciativa:



Revisão das principais certificações e padrões-chave

Entre as várias normas e certificações existentes, este guia identifica oito que são mais relevantes para os produtos florestais não madeireiros (PFNM) da sociobioeconomia amazônica, incluindo alimentos, cosméticos e têxteis. Essas certificações foram selecionadas por seu reconhecimento no mercado, ênfase na conservação da floresta em pé, requisitos para participação justa da comunidade e/ou supervisão confiável por terceiros.

Cada revisão da certificação inclui seu escopo, principais pontos fortes, mecanismos de supervisão e limitações.

Resumo das certificações relevantes para o contexto amazônico			
Certificação	Área de foco	Pontos fortes	Limitações
Forest Stewardship Council (FSC)	Produtos florestais madeireiros e não madeireiros.	Proteção forte para Altos Valores de Conservação, direitos indígenas e CLPI; amplamente reconhecida internacionalmente.	Pode ser administrativamente exigente para pequenas empresas. ⁸
FairWild	Plantas, fungos e líquenes colhidos na natureza.	Enfatiza a sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento comunitário; altamente relevante para produtos botânicos.	Menor visibilidade de mercado em comparação com maiores certificações multi produto apesar de forte relevância para as cadeias de fornecimento de colheitas silvestres. ⁹
União para o Comércio Ético de Produtos Biológicos (UEBT)	Setores de cosméticos, produtos farmacêuticos naturais, cuidados pessoais e alimentos.	Conformidade robusta com o Protocolo de Nagoya, ¹⁰ e melhoria da biodiversidade; forte reconhecimento da indústria.	Menor visibilidade para o consumidor devido ao seu foco business-to-business. ¹¹
Fairtrade International	Commodities alimentares.	Garante preços mínimos e prêmios de investimento comunitário; forte governança e credibilidade na agricultura.	Aplicabilidade mais limitada a PFNM. ¹²
Rainforest Alliance	Agricultura sustentável com múltiplas commodities.	Padrões ambientais e sociais abrangentes; forte reconhecimento no mercado global.	Menos adequado para PFNM amazônicos. ¹³
Origens Brasil®	Produtos da Amazônia brasileira.	Rede exclusiva focada em produtos indígenas e de áreas de conservação; oferece rastreabilidade por código QR e envolvimento da comunidade.	Reconhecimento internacional limitado, mas em crescimento, fora do Brasil em comparação com selos de abrangência geográfica mais ampla. ¹⁴
Orgânico da UE	Alimentos orgânicos para os mercados da UE.	Forte proteção ambiental; obrigatório para alimentos orgânicos pré-embalados.	Carece de salvaguardas explícitas em matéria de equidade social, conhecimentos tradicionais e conservação florestal. ¹⁵
USDA Orgânico	Alimentos orgânicos para os mercados dos EUA.	Promove a biodiversidade e inclui verificação baseada em processos.	Não aborda a equidade social, os direitos indígenas ou os resultados da conservação florestal. ¹⁶

8

FSC. (2019). *Smallholder Forest Management Certification Guide*.

9

TRAFFIC. (2017). *Implementing the FairWild Standard for wild plant trade*.

10

O Protocolo de Nagoya (2010) é um acordo internacional sob a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que estabelece uma estrutura legal para a partilha justa e

11

Mallet, P. et al. (2021). *Fair Trade and sustainable agricultural practices*.

12

Fairtrade International. (2023). *15th edition monitoring report*.

13

Rainforest Alliance. (2020). *Sustainable Agriculture Standard (Version 1.4)*.

14

Origens Brasil®. (s.d.). *Site oficial*.

15

União Europeia. (2018). *Regulamento (UE) 2018/848 sobre produção orgânica*.

16

USDA. (2025). *Regulamentos do Programa Orgânico Nacional (7 CFR Parte 205)*.

Padrões, orientações e certificações reconhecidas internacionalmente

Instituições financeiras e empresas frequentemente enfrentam uma complexa rede de requisitos de *due diligence* e diretrizes específicas do setor, incluindo a Política de Sustentabilidade do BID Invest, as Normas de Desempenho da IFC, as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança (DASS) do Banco Mundial e a Estrutura Ambiental e Social (EAS).

Embora essas normas internacionais forneçam orientações abrangentes para todos os setores e regiões geográficas, elas não foram explicitamente concebidas para economias florestais com foco na comunidade na Amazônia. A sociobioeconomia requer interpretações e aplicações específicas — especialmente em torno dos direitos indígenas, governança territorial, conhecimento tradicional e conservação florestal — que podem não ser imediatamente evidentes ao ler as normas em si.

Esta seção esclarece essas conexões, mapeando cada princípio e área de prática da sociobioeconomia para essas estruturas amplamente utilizadas. O mapeamento inclui sete tabelas abrangentes, uma para cada princípio da sociobioeconomia.

Cada tabela fornece:

- 1 **Expectativas mínimas de *due diligence*** de acordo com a Política do IDB Invest, com requisitos específicos (por exemplo, “Não desmatar habitats críticos” ou “Manter registros que comprovem a conformidade com a legislação do país anfitrião”).
- 2 **Referências exatas** às normas correspondentes da IFC e do Banco Mundial, para que os usuários possam verificar facilmente a conformidade.
- 3 **Certificações e normas** que mostram quais das oito certificações abrangidas demonstram conformidade com as normas mínimas do BID Invest e onde pode ser necessária uma verificação adicional.



Ferramentas e recursos prontos para uso

Os implementadores frequentemente enfrentam desafios para traduzir boas práticas em ações tangíveis. Mesmo com orientações claras, os profissionais precisam de ferramentas práticas, como listas de verificação, modelos, formulários de avaliação e manuais passo a passo.

Esta seção fornece uma **biblioteca com os recursos mais relevantes e prontos para uso**, alinhados com os sete princípios do guia e organizados por área de prática específica. Ela aproveita uma análise de mais de 100 ferramentas e documentos de orientação para priorizar aqueles que são mais práticos, reconhecidos internacionalmente e imediatamente aplicáveis.

As ferramentas incluem:

1 Avaliações de risco e salvaguardas: modelos de avaliação de risco ambiental e social, ferramentas de triagem de violência de gênero e listas de verificação de mecanismos de reclamação.

2 Respeito pelas comunidades: modelos de mapeamento de partes interessadas, manuais de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), guias de proteção de terras comunitárias e conjuntos de ferramentas de acesso e partilha de benefícios.

3 Condições de trabalho justas, seguras e legais: manuais de Sistemas de Gestão Ambiental e Social (SGAS) e apostilas sobre trabalho forçado e infantil.

4 Cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes: modelos de rastreabilidade, manuais de partilha equitativa de benefícios e contratos, assim como orientações sobre abastecimento responsável e governação.

5 Natureza, clima e biodiversidade: avaliações de conservação, biodiversidade e água, orientações sobre poluição e emissões de gases de efeito estufa e ferramentas de triagem de riscos climáticos.

6 Impacto e responsabilidade: ferramentas de monitoramento e verificação de desempenho, orientação sobre transparência e princípios para a governança de dados de Povos Indígenas.

7 Capacidade e redes: recursos para fortalecer a capacidade da comunidade e se envolver em redes multissetoriais.



PARTE III

Estudos de caso

Parte da iniciativa:



The Nature
Conservancy 



Grupo BID

Embora as estruturas e normas forneçam orientações importantes, os operadores também se beneficiam de exemplos tangíveis que mostram como diversos atores — desde cooperativas indígenas que administram territórios tradicionais até empresas multinacionais que reestruturam cadeias de abastecimento — operacionalizam com sucesso os princípios da sociobioeconomia em contextos do mundo real. Sem esses exemplos práticos, empresas, financiadores e organizações comunitárias enfrentam incertezas sobre como são as boas práticas na realidade.

Esta seção ajuda a preencher essa brecha com estudos de caso que demonstram como os princípios da sociobioeconomia se traduzem em resultados ambientais, sociais e econômicos mensuráveis. Os casos abrangem todo o espectro de atores: empresas e organizações comunitárias, corporações multinacionais, investidores de impacto e organizações de apoio — apresentando modelos que os tomadores de decisão podem adaptar aos seus próprios contextos.

Cada estudo de caso fornece:

1

Detalhes de implementação que mostram práticas específicas em todos os sete princípios da sociobioeconomia.

2

Resultados mensuráveis com benefícios ambientais, sociais e econômicos.

3

Abordagens replicáveis para parcerias, partilha equitativa de benefícios, rastreabilidade, monitoramento e outras inovações adaptáveis.

Destaque do estudo de caso: vozes da comunidade moldam o desenvolvimento da sociobioeconomia

A seção começa com um estudo de caso que sintetiza *insights* de Povos Indígenas, Afrodescendentes, Comunidades Tradicionais e comunidades locais no Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Essa base garante que o guia reflita as prioridades e experiências das comunidades, reconhecendo-as não como beneficiárias, mas como arquitetas ativas de soluções. Os casos subsequentes demonstram a implementação em diferentes escalas — desde uma empresa liderada por indígenas que produz chocolate por meio da agrossilvicultura com desmatamento zero, até empresas privadas envolvidas em parcerias comunitárias equitativas que protegem milhões de hectares de floresta, passando por financiadores e organizações de apoio que criam a prontidão para o investimento e as condições propícias para o sucesso da sociobioeconomia.

Juntos, esses casos fornecem um plano de ação viável, mostrando que o desenvolvimento da sociobioeconomia é mais do que teórico. Ele já está gerando resultados e oferecendo caminhos comprovados que outros podem seguir e ampliar em toda a Amazônia.



Desenhada para ter um impacto no mundo real

Amazonia Forever é um programa regional do BID que visa ampliar o financiamento, compartilhar conhecimento estratégico e melhorar a coordenação para acelerar o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente em toda a Amazônia. A ampliação da bioeconomia e da economia criativa representa um dos cinco pilares centrais do programa, apoiado por uma série de iniciativas, fundos, redes e projetos.

Como parte do *Amazonia Forever*, o BID Invest desenvolveu o Roteiro Amazonia Forever, uma estrutura estratégica que funciona como uma área de testes para pilotar seu novo modelo de negócios na Amazônia. Por meio desse roteiro, o BID Invest reafirma seu compromisso de aumentar de forma sustentável a participação e os investimentos na região. Em apoio ao seu compromisso de melhorar a sociobioeconomia da Amazônia, o BID Invest fez uma parceria com a The Nature Conservancy (TNC) para criar este Guia de Boas Práticas por meio de um processo de validação sem precedentes que garanta as necessidades do mercado e as realidades da comunidade.

O desenvolvimento do Guia de Boas Práticas incluiu entrevistas com os principais atores do mercado, análise de mais de 40 documentos sobre a sociobioeconomia da Amazônia, revisão de mais de 100 ferramentas e 28 estruturas internacionais, análises aprofundadas de oito certificações mais relevantes para a região, seis estudos de caso reais e cinco dias de workshops presenciais com 57 organizações representando Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais. O guia está alinhado com a Política e o Manual de Sustentabilidade do BID Invest, os Padrões de Desempenho e Notas de Orientação da IFC e a Estrutura Ambiental e Social e as Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança do Banco Mundial. O resultado: um guia prático que integra as realidades das comunidades aos padrões de investimento, reflete as práticas e lacunas atuais do mercado que tem sido validado por diversas partes interessadas para garantir sua credibilidade e aplicabilidade imediata.

O caminho a seguir

A economia da Amazônia está passando da extração à regeneração, impulsionada pelas comunidades que têm cuidado dessas florestas por gerações com o apoio de empresas, investidores, governos e instituições prontas para alinhar suas operações com o impacto ambiental e social. Os pontos climáticos de inflexão, os marcos normativos e as expectativas do mercado estão convergindo para fazer com que a participação responsável seja urgente e inevitável.

Este guia fornece o roteiro que faltava: uma estrutura abrangente e validada que traduz princípios em prática, normas em ação e aspirações em resultados mensuráveis. As suas ferramentas, normas e modelos aprovados permitem às instituições financeiras, empresas, comunidades, governos e organizações de apoio atuarem com confiança.

A questão não é se a sociobioeconomia pode ter sucesso na Amazônia. A questão é com que rapidez pode se expandir. Cada parceria, salvaguarda, hectare e comunidade contribuem para um futuro onde os ecossistemas, culturas e economias prosperam juntas. A oportunidade para a ação é agora.



Como usar este guia:

Um conjunto de ferramentas modulares para o envolvimento responsável

Este guia foi elaborado como um kit de ferramentas flexível que atende às necessidades dos tomadores de decisão e profissionais da área. Cada uma das quatro partes funciona como um recurso independente que pode ser usado isoladamente ou em combinação, seguindo uma progressão lógica desde a triagem inicial até a implementação completa.

Passos:

1

Avaliar o alinhamento

Use a Autoavaliação de Elegibilidade para a sociobioeconomia (*Parte I*) como uma ferramenta de triagem rápida para avaliar se as iniciativas atendem aos fundamentos básicos da sociobioeconomia — incluindo licenças necessárias, triagem de riscos, conformidade com o CLPI e rastreabilidade — antes de comprometer recursos mais profundos.

2

Avaliar as práticas

Aplique as ferramentas de autoavaliação dos sete princípios da sociobioeconomia (*Parte I*) para identificar os níveis de impacto atuais (*emergente, estabelecido, transformacional*) e priorizar melhorias.

3

Revisar os padrões

Consulte a Revisão das Certificações e Padrões-chave (*Parte II*) para identificar como as oito estruturas (*FSC, FairWild, UEBT, Fairtrade, Rainforest Alliance, Origens Brasil®, Orgânico da UE, USDA Orgânico*) melhor se relacionam com suas necessidades.

4

Alinhar-se aos requisitos

Consulte o Padrões, Orientações e Certificações Reconhecidos Internacionalmente (*Parte II*) para ver exatamente como as práticas de sociobioeconomia se alinham com as estruturas do BID Invest, IFC e Banco Mundial, demonstrando alinhamento com os requisitos de *due diligence*.

5

Aplique as ferramentas de implementação

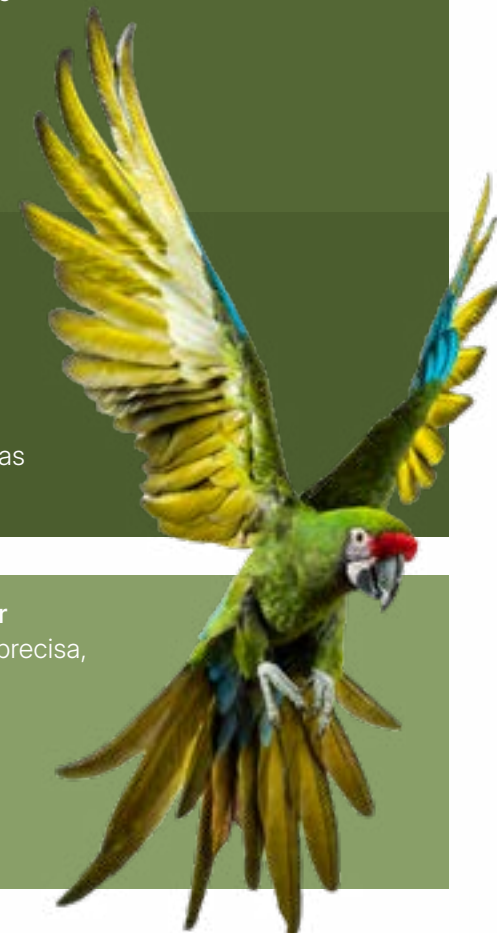
Use a seção Ferramentas, Recursos e Certificações (*Parte II*) para acessar modelos, listas de verificação e manuais prontos para uso — incluindo formulários de avaliação de impacto ambiental e social, protocolos CLPI, plataformas de rastreabilidade e estruturas de monitoramento — para apoiar a implementação prática.

6

Aprenda com a prática

Explore os Estudos de Caso (*Parte III*) para identificar modelos de negócios comprovados, estruturas de parceria, inovações de financiamento e lições de implementação que podem ser adaptadas em toda a Amazônia.

A principal vantagem: você não precisa usar tudo. Navegue diretamente para o que você precisa, quando precisar. O guia funciona igualmente bem como uma referência abrangente para o desenvolvimento de novas iniciativas ou como um recurso de consulta rápida direcionado para desafios específicos de implementação.



Autores e principais colaboradores

Autores da TNC

- Lisa Ferguson
- Sarah Gammage
- Gabriela Jaramillo
- Ro'otsitsina Juruna
- Natália Leite
- Linett Leon

Colaboradores da TNC

- Marina Aragão
- Carolina Carrillo
- Gabriela Celi
- Mónica Chávez
- Adriana Correa
- Luis Dávalos
- Daniela Lizano
- Rafael Mendoza
- Juan Carlos Parra
- Aline Perez
- Carolina Polaina
- Ximena Checa Rivas
- Alfredo Salinas
- Juliana Simões
- Helcio Souza
- Fabián Tamayo
- Teresa Veloz
- Isai Vitorino

Colaboradores do BID

- Daniel Hincapie
- Tatiana Schor
- Vanessa Licht Tellez
- Johanna Hansmann

Colaboradores do BID Invest

- Gabriel Azevedo
- Jaime Garcia Alba
- Leonardo Mazzei
- Mauro Mora Núñez
- Milena Correia Cafruni
- Paula Valencia
- Thomaz Pacheco

Como citar esta fonte

The Nature Conservancy. (2025). Construindo uma sociobioeconomia sustentável e equitativa na Amazônia: guia de boas práticas para o setor privado. Resumo executivo. Washington, DC: BID Invest e BID.

Créditos das imagens:

As fotografias utilizadas neste documento são propriedade do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou foram fornecidas por Sebastián Di Domenico com permissão para uso nesta publicação. Agradecemos sua contribuição visual a esta publicação.